



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Maíres Barbosa de Sousa

**Marcha das Margaridas: um olhar florido sobre a  
democracia**

Brasília

2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Maíres Barbosa de Sousa

## **Marcha das Margaridas: um olhar florido sobre a democracia**

Monografia apresentada como pré-requisito  
para obtenção do título de bacharel em Ciência  
Política.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flávia Millena Biroli  
Tokarski

Examinador: Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Brasília

2017

“(...) O opressor ria dela sem temer  
Quem já viu mulher sem nome enfrentar nosso poder  
Um belo dia teve uma assombração  
Margarida era mil, era mil, era um milhão (...)”

(Severina Luzia da Silva)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta monografia a minha vó Jovelina Barbosa, a dona mais guerreira, subversiva e forrozeira daquelas sertanias. E a todas as margaridas que resistem nesse Brasil de Fora Temer.

## AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, professora Flávia Biroli, a compreensão e paciência durante este processo doloroso de escrita desta monografia, mas que não deixou de ser um processo de amadurecimento acadêmico e pessoal.

Ao professor Luis Felipe Miguel, o parecer dessa monografia. Agradeço também pelas conversas e dicas sobre o processo de escrita e pelas paçocas.

Ao professor Carlos Machado e à professora Danusa Marques, a oportunidade de entrar no grupo de pesquisa sobre Democracia e Desigualdades – Demodê. Agradeço também pelas aulas, conversas e carinho.

Ao professor Thiago Trindade, a amizade e os conselhos sobre a vida acadêmica e a certeza de que ocupar e resistir ainda são o melhor caminho.

A professora Marilde Loiola, a oportunidade de participar do Juventude e Política, melhor projeto de extensão, e por todo o carinho.

Às/aos funcionárias/os do IPOL: Dina, Fábio, Gizelle, Edimilson, Thaynara e Yuit , o apoio enquanto aluna e estagiária.

Às/aos terceirizadas/os do IPOL: dona Delmira, seu Sérgio, Vanuza e Marcelo, as conversas, consideração e apoio.

Às vigilantes do IPOL: Eliana e dona Cícera, as prosas e memórias compartilhadas sobre o Maranhão.

Às irmãs mais velhas que o Demodê me deu, acadêmicas que tanto admiro e me espelho, Fernanda, Viviane, Rayani e Denise. Agradeço a todas, os conselhos, carinho, cuidado, por toda ajuda (desde as caronas aos eventos acadêmicos) e pelas vivências compartilhadas.

Às amigas Mari e Pedro Paulo, a amizade e acolhimento no Demodê.

Às amigas Ludmila e Ana Luisa, por tudo, o carinho, apoio e a amizade carregada de vivências, sonhos, conquistas e medos compartilhados – uma amizade que me tornou mais forte.

Às/os amigas/os Lívia, Carlos, Gustavo, Amanda, Pedro Caio, Ivo, Karleany, Maria Angélica, Flávia, Brenda, pela parceria, conversas e por todas as rodas de coco e forró.

Às amigas Sâmela, Aline, Cristine e Sthefanny, a amizade, a parceria, os momentos felizes e por tornarem a UnB um lugar mais acolhedor.

Às amigas Nathália, Karina, Renan, Matheus, Tayla e Anderson, a amizade e as melhores comemorações de final de semestre.

Às/aos amigas/os Juliana, Wendy, Ícaro e Olávio, a resistência compartilhada e o carinho.

À amiga Beatriz e aos amigos Michel e Luiz, a amizade e ao Caio por todas as vezes que caímos numa roda de forró.

Ao Demodê, o acesso às discussões e temas tão caros à democracia brasileira, todas as palestras, mesas e reuniões que pude assistir e participar. Agradeço ao grupo, a oportunidade de conviver com pessoas maravilhosas e de vivências diversas e o processo de (des)construção que vivenciei.

Ao mestre Zé do Pife, a alegria de viver e ensinar e resistir com a cultura nordestina.

Às professoras do ensino fundamental Orlene, Miriam, Hilda, Luzia, Maria Augusta e ao professor Walmir, os incentivos, apoio e carinho.

Às/os amigas/os do Ced 01 do Guará, as boas lembranças da época do ensino fundamental.

Às professoras do ensino médio Berna, Dani, Angélica, Sandra Mara, Sandra Afonso, Samara e aos professores Gilmar, Batata, Rafael, Paulo, Padilha, Clé e Petrus, as aulas e o acolhimento no colégio Marista.

Às funcionárias do Marista, Zuzu, Janete, Graça e aos funcionários Genildo e Carlos, a ajuda e acolhimento.

Às/aos amigas/os amigos que me acolheram no Maristão: Carolina, Simone, Juliana, Thaís, Nathália, Valério, Carlos e Antonio.

A minha mãe Sara, a maior responsável por eu ter chegado até aqui, um muito obrigada por todo tudo.

A minha irmã Fernanda e ao meu irmão Fernando, o companheirismo, carinho, cuidado e amor.

Às minhas tias e aos meus tios o carinho, as gaiatices e acima de tudo, o dividir de suas lembranças e vivências comigo.

Por fim, a toda a minha família não tradicional brasileira por sempre resistir.

## RESUMO

Com esta monografia tenho o objetivo de mostrar outra visão sobre o campo brasileiro. Uma visão de quem sempre resistiu à exploração e dominação sob a perspectiva de luta das trabalhadoras rurais que tiveram sua mobilização e organização fortalecidas no contexto da década de 1980, essas trabalhadoras conquistaram o reconhecimento como tais questionando a configuração excludente dos sindicatos, do Estado e da família. Mas como nos mostrará a Marcha das Margaridas, a luta por um campo e uma democracia mais justos é permanente e necessita da articulação entre demandas por reconhecimento e redistribuição.

**Palavras-chave:** Trabalhadoras rurais. Marcha das Margaridas. Reconhecimento. Redistribuição.

## **LISTA DE QUADROS E FIGURAS**

Quadro 1 – Movimentos de trabalhadoras rurais surgidos a partir da década de 1980.....	20
Figura 1 – Cartaz de divulgação da Marcha de 2000.....	28
Figura 2 – Cartaz de divulgação da Marcha de 2003.....	32
Figura 3 – Cartaz de divulgação da Marcha de 2007.....	35
Figura 4 – Cartaz de divulgação da Marcha de 2011.....	37
Figura 5 – Cartaz de divulgação da Marcha de 2015.....	38

## **LISTA DE SIGLAS**

**AIMTR-SUL** – Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da região Sul

**ANMTR-SUL** – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul

**ANMTR** – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

**AMQCM** – Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu

**AMUTRES** – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo

**CEBs** – Comunidades Eclesiais de Base

**CESE** – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra

**CEM-FETAGRO** – Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia

**CNMT** – Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora

**CNS** – Conselho Nacional dos Seringueiros

**CONDRAF** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural

**CONSEA** – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais

**CUT** – Central Única dos Trabalhadores

**CAMUTRA** – Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre

**Esplar** – Centro de Pesquisa e Assessoria

**FASE Nacional** – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

**FETAGs** – Federações dos Trabalhadores na Agricultura

**FNUAP** – Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais

**Fundo SAAP** – Fundo Serviço de Análise e Assessoria a Projetos

**GTA da Amazônia** – Grupo de Trabalho Amazônico

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**IICA** – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

**MMM no Brasil** – Marcha Mundial das Mulheres

**MM** – Marcha das Margaridas

**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MSTTR** – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

**MMTRs** – Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais

**MMTR-NE** – Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

**MST** – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**MMC** – Movimento de Mulheres Camponesas

**MPMP** – Movimento Popular de Mulheres do Paraná

**MMA-SC** – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina

**MMA-SP** – Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo

**MMTR-RS** – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul

**MMTR-SE** – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe

**MIQCB** – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu

**MMTR-SE** – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe

**MMA-SC** – Movimento de Mulheres Agrícolas de Santa Catarina

**MSTTR** – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

**MLT** – Movimento de Luta pela Terra

**NEAD** – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

**ONGs** – Organizações Não Governamentais

**PNDTR** – Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural

**Rede LAC** – Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe

**SPM** – Secretaria de Políticas para as Mulheres

**SOF** – Sempre Viva Organização Feminista

**STR's** – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**UNIFEM** – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

**UBM** – União Brasileira de Mulheres

## SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1 – Trabalhadoras rurais: essa luta vem de longe.....	14
Capítulo 2 – Estão chegando as decididas.....	26
Capítulo 3 – Um olhar florido sobre a democracia.....	43
Considerações finais.....	51
Referências bibliográficas.....	52

## Introdução

Não é somente o Estado que tem uma dívida histórica com o meio rural e com as trabalhadoras rurais. A Ciência Política, como um campo de estudo sobre a produção do poder, também falha ao não olhar para o rural como um espaço de relações de poder e produção de desigualdades, aspectos fundamentais para se observar as relações entre indivíduos e grupos. Ater-se para o rural, como vão nos mostrar os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, é perceber que ele é atravessado por conflitos e resistência.

As trabalhadoras rurais nos mostrarão, também, que esses conflitos e resistência estão relacionados às disputas pelo entendimento do que é o rural. De um lado, a visão do latifúndio e agronegócio de um rural ultrapassado que precisa ser “modernizado”. E do outro, a visão de que o rural é um lugar carregado de identidades, saberes, memória e resistência.

Portanto, a Ciência Política que pretenda trazer novas perspectivas sobre o poder para o seu campo de estudos não pode ignorar esses aspectos no meio rural e muito menos estabelecer uma posição neutra em relação a eles: a história que escolhi contar é a do rural que sempre resistiu à exploração e à dominação. E essa história é contada da perspectiva de mulheres trabalhadoras, sobre quem essa exploração incide de forma específica e de quem, portanto, requer uma luta também específica.

Dito isso, no primeiro capítulo busco descrever a história dos movimentos sociais de mulheres brasileiras no campo partindo da mobilização e organização delas na luta pelo direito à terra, sindicalização, participação política nos sindicatos e reconhecimento como trabalhadoras rurais<sup>1</sup>. Como veremos adiante, essas quatro reivindicações mencionadas, além de fundamentais para entender tal história, foram responsáveis por ecoar as vozes destas mulheres em espaços que historicamente lhes foram negados, resultando, assim, na conquista de direitos e na construção de uma identidade política. Para isso, faço uma revisão da literatura sobre o tema e entrevistas com integrantes de movimentos de mulheres rurais, entendidos como frutos dessa mobilização e organização, sobre os quais faço uma breve descrição.

No segundo capítulo abordo o processo de construção das cinco edições da Marcha das Margaridas, também entendida como fruto dessa mobilização e organização. O que me interessa neste capítulo, além de descrever como se dá a preparação e realização da Marcha, é saber quem são as entidades promotoras e parceiras, quais são as dinâmicas e mecanismos

<sup>1</sup> Para uma abordagem anterior, cf Mota e Barbosa, 2016.

adotados para a discussão e definição das pautas, mobilização de recursos.

No terceiro capítulo, trago a discussão de Nancy Fraser sobre redistribuição e reconhecimento para mostrar como as margaridas articulam estas duas dimensões de justiça simultaneamente, por uma democracia que olhe para o rural a partir de uma perspectiva feminista e sustentável.

Para os dois capítulos foi feita uma pesquisa documental, que levantou cadernos de textos para debates, documentos com pautas direcionadas ao Congresso Nacional e fichários no Observatório das Margaridas<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Disponíveis no endereço eletrônico: <http://transformatoriomargaridas.org.br>

## Capítulo 1 – Trabalhadoras rurais: esta luta vem de longe

Antes de chegar ao objetivo deste capítulo, é necessária uma breve descrição sobre as lutas sociais no campo. Para isto, parto do entendimento de que há disputas em torno do que se compreende por campo e camponês. Essas disputas geram visões conflitantes acerca do meio rural e estão diretamente relacionadas à voz de quem fala e de onde se fala. Posto isso, a pergunta que faço é: qual a posição das trabalhadoras rurais nesse processo de lutas? Segundo Martins, “a exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política.” (MARTINS, 1981, p. 24). O autor ainda fala que “A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político” (MARTINS, 1981, p. 24).

Neste sentido, acrescento que no caso da trabalhadora rural, além de invisibilizada por um pacto político que exclui as relações de trabalho no campo, foi também invisibilizada nas lutas sociais rurais (por ser mulher) e nas lutas dos movimentos feministas (por ser do campo). No entanto, ser invisibilizada não significa que essas mulheres rurais não estiveram presentes nessas lutas. Segundo Magalhães (2008), as lutas sociais no campo estão marcadas pela presença de mulheres desde a escravatura, portanto são passos transgressores que vêm de longe.

E não posso deixar de mencionar as trajetórias políticas das precursoras dos movimentos de mulheres no campo, Elizabeth Teixeira<sup>3</sup> e Margarida Maria Alves<sup>4</sup>, mulheres que lutaram por justiça social no campo e pela bandeira da reforma agrária, mesmo antes da década de 80. As duas tornaram-se lideranças sindicais mesmo diante da exclusão e barreiras impostas pelas organizações camponesas e sindicatos daquele período (ainda que houvesse a mediação do marido e do pai, respectivamente, para sua participação sindical).

É interessante notar que mesmo significando uma ruptura dos papéis socialmente

<sup>3</sup> Elizabeth Teixeira tornou-se representante das lutas camponesas após o assassinato do marido, em 1962, João Pedro Teixeira, líder da Liga de Sapé na Paraíba. Torou-se presidente da Liga ainda no mesmo ano como forma de dar continuidade a luta do marido. A história de luta e resistência de Elizabeth Teixeira foi retratada no filme *Cabra marcado para Morrer* (1984), produzido pelo cineasta Eduardo Coutinho.

<sup>4</sup> Margarida Alves (1943-1983), foi a primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rural de Alagoa Grande na Paraíba. Durante seus 12 anos de presidente, moveu mais de 600 ações trabalhistas contra usineiros e donos de engenhos no estado da Paraíba. Além disso, foi umas das Fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. E por lutar contra as injustiças no campo, sofreu ameaças de morte e atentados contra sua integridade física. Foi assassinada em 12 de agosto em 1983 na frente do marido e do filho, na porta de casa.

impostos a homens e mulheres, a participação política e social dessas lideranças integrava a luta dos trabalhadores enquanto uma categoria social e não uma luta por problemas específicos das mulheres. Este quadro, como veremos mais adiante, muda com a disputa por um novo conceito de participação política. Segundo Carneiro (1994), a participação dessas mulheres nos movimentos sociais do campo na década de 80, passa a ter uma qualidade diferente, primeiro por não depender mais da mediação de uma figura masculina e segundo por expor e denunciar problemas específicos da condição de ser mulher no meio rural.

O que distingue essa participação feminina nas lutas do conjunto dos trabalhadores rurais é o fato de se estar tornando pública a situação da trabalhadora-mulher que engloba outras identidades, o da trabalhadora-mãe e o da trabalhadora-esposa. (CARNEIRO, 1994, p.14).

Início com as décadas de 1950 e 1960, que segundo a literatura são vistas como marco para o surgimento de novas visões sobre o mundo rural e seus atores, tendo como resultados a constituição de uma “questão agrária” e junto com ela, uma solução – a reforma agrária, bem como a representação política do trabalhador rural já que lhe foi atribuído um caráter político (GRYNSZPAN 2004, apud BORDALO, 2011).

O sindicalismo rural se estrutura nas décadas de 1950-60, no surgimento das Ligas Camponesas. Essas Ligas surgem como forma de contestar e de denunciar as opressões e violências sofridas pelos (as) trabalhadores e trabalhadoras (as) rurais. Além de pautar debates sobre a questão da reforma agrária e contribuir para a criação de sindicatos e organizações locais, culminando assim no protagonismo da população do campo na luta por direitos sociais.

Dada a estruturação do sindicalismo no campo nas décadas de 50-60, a regulamentação da sindicalização rural só aconteceu em 1962, como forma de controle dos conflitos e das crescentes mobilizações dos (as) trabalhadores e trabalhadoras (as) rurais. Já em 1963, criou-se o Estatuto do Trabalhador Rural que estendeu os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora urbana, tais como definidos na CLT, de 1944, para trabalhadores (as) do campo, tais como: salário-mínimo, férias remuneradas, registro na carteira de trabalho e licença maternidade. Ainda nesse mesmo ano, fundou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). No entanto, pouco se avançou na efetividade desses direitos, uma vez que em 1964 é instaurado o golpe militar no Brasil e com ele o cerceamento das liberdades democráticas.

Feita essa breve abordagem, é interessante notar que as mulheres rurais só conseguem o direito à sindicalização e participação nos sindicatos, bem como à auto-organização em movimentos próprios, cerca de 30 décadas depois do surgimento do movimento sindical rural.

A organização e articulação das trabalhadoras rurais se fortalecem na década de 1980, no contexto de luta pela democratização do país junto à emergência de novos atores e atrizes políticos e dos movimentos sociais. Mulheres do campo se organizaram em todo país pelo direito à sindicalização, a terra, participação política nos sindicatos e reconhecimento como trabalhadoras rurais.

As mulheres trabalhadoras desencadearam uma crescente dinâmica de participação, que marcou sua entrada no mundo dos direitos e da cidadania, com expressiva presença no processo constituinte na luta pelo direito à propriedade, à aposentadoria, ao salário maternidade e outros. Com essa atuação, passaram a questionar as fronteiras estabelecidas entre as esferas familiar e produtiva, entre privado e público (PIMENTA, 2013, p. 159).

Até este período, essas mulheres eram historicamente excluídas e silenciadas pela estrutura masculina dos sindicatos rurais que não permitiam a participação feminina a não ser quando era mediada pela figura do pai, irmão ou marido. A partir de então, a participação sindical das trabalhadoras rurais se ampliou e abriu caminho para o que viria a acontecer depois, na década de 80 em diante, a conquista de direitos sociais, a construção de uma identidade política e o surgimento de movimentos autônomos, os chamados Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs).

Apesar de não haver nenhum impedimento legal para a participação feminina nos sindicatos, havia todo um impedimento cultural, material e simbólico para que essa participação acontecesse. O fato de se depender da mediação de algum parente homem e dos sindicatos permitirem a filiação de um único membro da família, no caso o chefe da família, exemplificam essas barreiras. Como diz uma integrante do MMTR-NE:

(...) Então os sindicatos foram criados, dos trabalhadores rurais, e eu lembro o meu pai mesmo, eu ajudei, eu ia cantar na fumaça nos sindicatos, mas a minha mãe não. Era o meu pai que era sócio. Então naquela época era isso e as mulheres, nós mulher não tinha esse direito de chegar na reunião do sindicato... A gente não era vista, a gente era vista como um objeto mesmo. Então essas mulheres começaram a ver isso. Quando uma foi pra reunião do sindicato, mas aí lá na reunião os homens falavam, só os homens, e ela ia só pra ficar assistindo, e ela chamou as companheiras, mais duas, e começaram a discutir sobre isso, sobre a situação, e daí foram chamando, convidando outras (Integrante do MMTR-NE, 2016).

Ainda tratando da exclusão sindical e política das mulheres do campo, ao analisar os anais de congressos promovidos pela CONTAG, Pimenta aponta que:

Nos anais dos 2º e 3º congressos de trabalhadores rurais promovidos pela CONTAG nos anos de 1973 e 1979, respectivamente, é recorrente a referência à mulher como “esposa do trabalhador”. Nesses congressos, em que a participação de mulheres

delegadas não ultrapassou 1%, a categoria aparece representada pelo “homem do campo” e pelo “trabalhador rural”. O 3º congresso defende a aposentadoria da mulher como um direito que lhe é devido como esposa do trabalhador “[...] desde que prove sua atividade rural junto à família” (CONTAG, 1973, apud PIMENTA, 2013, p. 157).

Já Deere (2004) destaca que:

Durante a metade da década de 1980, nos sindicatos filiados à CONTAG, assumiu-se que somente uma pessoa por família poderia ser membro de sindicato, geralmente o homem chefe de família. Além disso, as mulheres eram raramente consideradas como trabalhadoras da agricultura, seu trabalho sendo ‘invisível’, quer como trabalhadoras de família não remunerada, quer como trabalhadoras assalariadas temporárias. No estado nordestino da Paraíba, por exemplo, líderes sindicais argumentaram que as mulheres não eram trabalhadoras rurais; uma vez que elas eram dependentes de seus maridos não necessitariam juntar-se aos sindicatos, pois elas tinham seus benefícios garantidos; e eles chegaram mesmo a argumentar que a sindicalização de esposas fosse proibida por lei, embora este não tenha sido o caso (MMTR-NE, 1987; ALBUQUERQUE e RUFINO, 1987, p. 328 apud DEERE, 2004, p. 180).

Ter a inclusão política nos sindicatos e ser reconhecida como trabalhadora rural, além de reconfigurar os papéis socialmente impostos a homens e mulheres do campo, denunciando a posição subordinada da mulher na família, no trabalho e na sociedade como um todo, significou a visibilidade dessas mulheres enquanto agentes políticas capazes de decidir seu próprio rumo. Significou também o acesso à cidadania. E uma participação institucionalizada que se ampliou para outras esferas da política, dentre elas a atuação nas de esferas estatais.

As mulheres rurais, como se deu também com muitas mulheres urbanas da periferia, tinham inicialmente como espaço de organização as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. Reunidas nos grupos de oração e grupos de mães, elas passaram a perceber uma realidade opressora comum que as colocava numa posição de subordinação. A partir daí, começaram a se mobilizar e a se inserir estrategicamente nos espaços mistos dos sindicatos, nos congressos e encontros promovidos por essas entidades representativas, na luta por direitos sociais e por um movimento sindical acessível e sem discriminação de gênero (MAGALHÃES, 2008).

Ao analisar a emergência de novos sujeitos políticos nas décadas de 70 e 80 em São Paulo, Sader (1988) mostra que assim como para as trabalhadoras rurais, as CEBs foram matrizes discursivas importantes para a consolidação dos clubes de mães na periferia sul. De acordo com o autor, as mulheres da periferia se reuniam nesses grupos por três razões que acabavam mesclando-se uma a outra: a primeira a) devido ao fato dessas reuniões acabarem sendo uma “extensão do mundo feminino”. Era um espaço em que essas mulheres podiam falar da vida, das coisas cotidianas; segundo b) por ser “uma alternativa a uma rotina

opressiva”. Já a terceira c) o autor chama de “razões de ordem instrumental”, esses clubes também eram responsáveis por realizar trabalhos manuais e de costura (SADER, 1988, pp. 203, 204).

Voltando a mobilização das trabalhadoras rurais, uma primeira evidência dessa mobilização em torno desses espaços, foi a participação delas no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, em que foram aprovadas propostas referentes à organização das mulheres rurais e ao intercâmbio com as mulheres da cidade, assistência maternidade e a comemoração do 8 de março nas zonas rurais (CONTAG apud MAGALHÃES, 2008).

Prosseguindo com os passos transgressores, as trabalhadoras rurais apresentaram e fizeram aprovar durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores, realizado em 1985, uma moção de apoio à sindicalização feminina. Outra conquista foi a criação, em 1989, da Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural, que resultou na articulação das trabalhadoras rurais em nível nacional (PIMENTA, 2013).

Portanto, como já mencionando, é na década de 1980 que a organização e a mobilização das trabalhadoras rurais, quer seja nos sindicatos quer seja nos movimentos autônomos, e em partidos políticos, consolidam-se.

É na conjuntura política e social dessa década que a configuração dos sindicatos e movimentos sociais que viriam a surgir passa a ser questionada por essas trabalhadoras. É ainda neste cenário que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) surge, em 1983, como a representação de um novo modelo de sindicalismo por se opor e contestar o controle do Estado e suas políticas assistencialistas sobre os sindicatos<sup>5</sup>.

Essa nova configuração do sindicalismo junto à segunda onda do feminismo<sup>6</sup> foi muito importante para o acesso de mulheres a espaços predominantemente masculinos. Exemplo disso foi a criação da Secretaria da Mulher da CUT da Paraíba, em 1985, na qual as trabalhadoras rurais tiveram papel de destaque, e da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (CNMT) em 1986, organizada por sindicalistas rurais e urbanas de todo o país. Ainda nesse mesmo ano, as trabalhadoras rurais criaram a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural, pela qual foi possível coordenar as reivindicações

<sup>5</sup> A CUT surgiu com forte oposição à CONTAG. É interessante notar que a oposição da CUT ao sindicalismo contaguiano teve forte influência nas medidas adotadas pela CONTAG no que se refere à inserção e participação feminina uma vez que somariam forças positivas nessa disputa (CAPELLIN, 1999 apud Deere, 2004). Em 1995 a CONTAG se filia à Central Única dos Trabalhadores.

<sup>6</sup> A segunda onda do feminismo é entendida como uma das etapas dos movimentos feministas brasileiros, que diferentemente da primeira onda, trouxe para sua mobilização e debates, discussões para além do voto, tais como, o papel das mulheres na família e na sociedade e igualdade política das mulheres (PINTO, 2007, SOARES, 1994 apud FREITAS, 2017).

específicas à realidade das mulheres do campo e promover a discussão das relações de gênero entre as sindicalistas rurais (DELGADO, 2008).

Essas duas comissões foram fundamentais para a aprovação da política de cotas que garantiu o mínimo de 30% de mulheres nos cargos de direção pela CUT em 1993. Logo em seguida, em 1994, o 5º Congresso Nacional da central elegeu a primeira Executiva Nacional com esta nova composição.

No que se refere à CONTAG, a entidade representativa passa a ter uma Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural em 1995, no seu 6º Congresso. Já em 1997 no seu sétimo Congresso, é aprovada a cota de no mínimo 30% de mulheres na direção da confederação, o que permitiu a participação de três mulheres na sua diretoria executiva. Já em 1999, acontece a ampliação dessa política para todas as entidades que compõem a CONTAG, além disso, foi deliberada a participação de 50% de mulheres em todos os espaços de formação da confederação (PIMENTA, 2013).

Exigir políticas de ações afirmativas foi fundamental para se chegar a conquistas mais efetivas, como aponta Pimenta:

É interessante notar que mesmo na perspectiva de avançar para além do discurso da igualdade, já assimilado pelo sindicalismo rural, as trabalhadoras rurais deflagraram uma ampla luta pelas “ações afirmativas”, especialmente pela política de cotas, tendo como referência a aprovação dessa política no âmbito do Partido dos Trabalhadores e da CUT, em 1991 e 1993, respectivamente, após um longo período de intensos debates (DELGADO, 1996 apud PIMENTA, 2013).

Percebemos até aqui que o fortalecimento da organização e mobilização das trabalhadoras rurais se inicia dentro do movimento sindical (DEERE; Léon apud BORDALO, 2011), tendo também como suporte inicial as CEBs. Mas não parou por aí. Outra face desse fortalecimento, segundo Bordalo, foi o surgimento dos movimentos autônomos dessas trabalhadoras. Elas foram se organizando em movimentos próprios por entender que eram espaços nos quais poderiam falar sobre problemas que lhes eram específicos enquanto mulheres. Outro ponto destacado pela autora é que a autonomia desses movimentos em relação às organizações mistas era vista como positiva, uma vez que aprofundaria o debate e reconhecimento desses problemas.

No que se refere ao contato com o feminismo, Magalhães faz um questionamento importante sobre o porquê desse fortalecimento se dar através dos sindicatos rurais e das CEBs e não do movimento feminista. E responde que há uma série de fatores que contribuíram para isso, dentre eles o não reconhecimento e legitimidade da luta dos atores no meio rural nos espaços mais gerais da luta de classe, a invisibilidade das mulheres rurais no

contexto do feminismo brasileiro “urbano e intelectual”, o fato de os sindicatos e a igreja já serem estruturas instaladas e reconhecidas no meio rural. Ainda sobre essa questão, Magalhães pontua que:

(...) Mesmo assim, não podemos negar a influência e a importância dos debates feministas e sobre a condição das mulheres que se consolidavam nessa época, através do fortalecimento do movimento em âmbito nacional e internacional com a criação dos Conselhos da Condição da Mulher, as lutas contra a ditadura e pela anistia, as formas de organização em grupos de reflexão que tratavam de temas como a saúde, sexualidade e a violência, a entrada em partidos de esquerda e no movimento sindical (Mayorga & Magalhães, 2008) quanto pela visibilidade da questão em organismos internacionais como a ONU (MAGALHÃES, 2008, p. 132).

A tabela abaixo nos revela a diversidade de movimentos e organizações de trabalhadoras rurais durante a década de 80, mostrando também o quanto o meio rural é diverso e plural no que diz respeito aos sujeitos que vivem ali e o quanto essas mulheres são diferentes entre si, apesar de compartilharem uma mesma identidade: a de trabalhadora rural. É uma identidade política em comum que não exclui as diferenças, mas que as engloba.

**Quadro 1 – Movimentos de trabalhadoras rurais surgidos a partir da década de 1980**

ANO	REGIÃO	MOVIMENTOS, ASSOCIAÇÕES E ARTICULAÇÕES
1983	SUL	Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP)
1984	SUL	Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC)
1985	SUL	Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da região Sul (AIMTR -SUL)
1985	SUDESTE	Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP)
1985	SUL	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS)
1985	NORTE	Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM- FETAGRO)
1986	SUDESTE	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES)
1986	NORDESTE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e do Sertão Central de Pernambuco
1986	NORDESTE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE)
1987	NORTE	Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA)

1987	NORDESTE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE)
1989	NORDESTE	Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu (AMQCM), o atual Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu (MIQCB)
1995	Todas as regiões	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR)
1998	SUL	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (ANMTR-SUL)
2000	Todas as regiões	Marcha das Margaridas (MM)
2004	Todas as regiões	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Bordalo (2011).

Em 1986, com o apoio da CUT e do MST, acontece o primeiro Encontro Nacional de Mulheres Rurais Autônomas que contou com a participação de 16 estados e teve como finalidade a criação de uma articulação nacional, contudo optou por fortalecer a criação de redes regionais.

A criação de uma rede nacional de mulheres rurais só foi possível em 1995 durante um encontro nacional em São Paulo. Conhecida como Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) tinha como objetivo mapear e unificar as organizações de mulheres rurais pelo país. A ANMTR surge no cenário em que os direitos sociais das trabalhadoras rurais, tais como aposentadoria, licença maternidade e documentação pessoal, foram formalmente assegurados pela Constituição de 1988. Portanto, as ações promovidas pela Articulação, dentre outras, eram para assegurar que esses direitos fossem postos em prática (DEERE, 2004).

Um aspecto importante para entender as causas do surgimento dos MMTRs, foi a resistência das organizações sindicais e dos movimentos sociais no que se refere às implicâncias das desigualdades de gênero para a constituição de relações sociais mais justas dentro dessas organizações e movimentos. É o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), surgido no final da década de 70, em relação à participação feminina na reforma agrária<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Roseli Celeste Nunes da Silva (1954-1987) liderou a primeira grande ação do MST em 1985. No caso, mais de 1000 famílias ocuparam a fazenda Anoni no Rio Grande do Sul. Sua liderança foi retratada no filme Terra para Rose (1987) dirigido por Tetê Moraes. O filme ganhou seis prêmios no Festival de Brasília e dois no Festival de Havana, em Cuba. Roseli Nunes morreu atropelada por um caminhão, que passou por cima da barreira humana formada por 5000 mil agricultores na estrada, enquanto manifestava na BR 386 Sarandi no RS.

A reforma agrária não está dissociada das disputas de mundo – ela é local e global; de diversos grupos e sujeitos e é nesse sentido que Medeiros (2015) elabora uma perspectiva histórica da luta pelo acesso à terra, apontando que se pode falar em ciclos de mobilização relacionados a essa luta. Isso significa que a questão fundiária tem variações significativas em sua intensidade e visibilidade, além do aparecimento de novos sujeitos e demandas.

Pensando nesses ciclos de mobilizações, a autora destaca as novas questões da reforma agrária no Brasil contemporâneo: surgimento de novos atores políticos e de novas identidades, luta pela defesa de territorialidades específicas, preservação ambiental e qualidade dos alimentos, direitos metaindividuais de povos e comunidades tradicionais e combate ao avanço do neoliberalismo e do agronegócio.

Desta forma, no que se refere à luta das trabalhadoras rurais pelo acesso à terra, podemos identificar pelo menos três momentos-chaves – a luta pela reforma agrária num contexto mais amplo das lutas rurais, a luta pelo direito à titularidade da terra independente do estado civil na Constituição de 1988 (Artigo 189) e, posteriormente, na luta pela efetivação desse direito, reivindicando do Estado medidas específicas para tal efetivação.

Para garantir seus direitos na Constituição de 88, tais como a já mencionada titularidade conjunta da terra, proibição de diferenças de salário no exercício de mesma função, salário maternidade e aposentadoria para a trabalhadora rural aos 50 anos, essas mulheres tiveram como ações estratégicas: abaixo-assinados, marchas, e pressões nos espaços de participação locais e nacionais. Exemplo disso foi a apresentação de um documento da Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG, elaborado ao Congresso Constituinte com reivindicações específicas das trabalhadoras rurais (CONTAG, 2002 apud MAGALHÃES, 2011).

Outro exemplo da luta pela inclusão desses direitos foi a campanha liderada pelo Movimento de Mulheres Agrícolas de Santa Catarina (MMA-SC), em 1986, com 100 mil assinaturas de mulheres trabalhadoras rurais (DEERE, 2004).

A luta das mulheres urbanas e rurais por direitos constitucionais foi resultado de uma emenda popular à Constituição, mobilizada por meio de uma campanha nacional – *Mulher e Constituinte*, realizada pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) em conjunto com ativistas, feministas acadêmicas e lideranças femininas sindicais. Essa campanha resultou no lançamento da Carta das Mulheres em 1986 com o seguinte lema: *Constituinte pra valer tem que ter o direito da mulher*, sendo apresentada aos constituintes pela CNDM a partir da formação do “*lobby do batom*”. (Carta das Mulheres, 1986, DEERE, 2004, PINTO, 2003 apud MACHADO, 2017).

No tocante aos direitos das trabalhadoras rurais, foi reivindicado o acesso da mulher rural à titularidade da terra independente do estado civil, direito de aposentadoria aos trabalhadores rurais, sendo 50 anos para as mulheres e 55 para os homens, extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários para as trabalhadoras rurais.

Ao analisar a evolução da reivindicação dos direitos da mulher à terra, sob o prisma de três movimentos sociais rurais, o MST, os sindicatos rurais e o movimento autônomo de mulheres, Deere (2004) aponta que essa reivindicação foi levantada pelas mulheres e recebeu maior importância dentro dos sindicatos rurais. Inserido o Artigo 189 na Constituição, a autora levanta que apesar dessa conquista, não houve um aumento na parcela de mulheres beneficiárias da reforma agrária, visto que na prática, os direitos da mulher à terra não estavam entre as prioridades dos movimentos sociais rurais.

Se por um lado a inclusão dessas mulheres no sindicalismo rural questionou a composição excludente dos sindicatos, por outro significou uma luta contra a resistência dos mesmos no que dizia respeito às relações de gênero que permeavam não somente a estrutura sindical e dos movimentos rurais, mas também a esfera privada.

No caso do MST, as desigualdades de gênero que dificultavam o acesso à terra pelas mulheres nos assentamentos eram ignoradas e vistas como causas que dividiriam o movimento e atrapalhariam a luta pelo direito à terra, sendo assim “as questões de gênero eram incompatíveis com a luta de classes” (DEERE, 2004, p.195).

No entanto, segundo a autora, esse quadro muda quando os próprios movimentos percebem que não reconhecer esse direito era prejudicial ao desenvolvimento e consolidação dos assentamentos da reforma agrária. Dessa forma, o MST irá reconhecer o direito da mulher à terra em 1996 por meio do Coletivo Nacional de Mulheres do movimento. Deere ainda questiona porque as das mulheres rurais demoraram tanto tempo para reivindicarem a efetivação desse direito e relaciona tal questionamento com o fato das mulheres se inserirem em espaços de participação múltiplos e competitivos nas décadas de 80 e 90, bem como com a lista de prioridades dos movimentos sociais rurais.

Mas como podemos ver no depoimento abaixo, feito por uma mulher integrante do MMC, há a conscientização das mulheres rurais em relação à exclusão de suas demandas específicas:

E aí as mulheres vêm percebendo que apesar de existir esse movimento de luta pelas terras, dos movimentos de luta por direitos, a luta e o debate das mulheres ficava no segundo plano ou ficava invisibilizada. Então elas perceberam que era necessário que elas, enquanto mulheres, precisavam se auto-organizar, se organizar em quanto mulheres da classe trabalhadora pra lutar e reivindicar por seus direitos. Então, as

mulheres começam a fazer, travar um debate a partir da sua auto-organização enquanto mulheres. E aí, o principal, nessa época, as principais bandeiras era a luta por direitos. Então a principal foi a luta pelo direito de reconhecimento da profissão de agricultora, que na época as mulheres não eram reconhecidas como agricultoras, só os homens; e também os direitos que advinham desse reconhecimento que era, no caso, os direitos da previdência, os direitos previdenciários. E aí era a questão da aposentadoria, que na época também era só para os homens e era meio salário mínimo que era desvinculado do salário mínimo, então era um valor inferior e tal, e aí a gente conseguiu, com essa luta e organização das mulheres, tanto o reconhecimento da profissão de agricultoras quanto o direito ao acesso aos direitos previdenciários e sociais que é a questão da aposentadoria, aí veio o salário maternidade, auxílio doença, todos esses que foram conquistados a partir da luta e organização das mulheres. A questão da saúde pública também fez parte dessa...que também nessa época toda construção do SUS, então as mulheres tiveram muito junto também nesse processo da discussão e construção do Sistema Único de Saúde como um direito e que deveria ser garantido pelo Estado. A questão da educação também (Integrante do MMC – 2016).

Em relação à mobilização das trabalhadoras rurais para a efetivação do direito à terra, ela é impulsionada em agosto de 2000 pela Marcha das Margaridas, sobre a qual falarei nos próximos capítulos, que ao reivindicar pelo título de propriedade de terra conjunta para casais independentemente do estado civil, conseguiu fazer com que o Estado adotasse políticas públicas voltadas para a equidade de gênero, reconhecendo assim as desigualdades no meio rural.

Feita essa breve descrição da história da organização e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais, farei uma pequena apresentação de dois movimentos de trabalhadoras rurais, entendidos como frutos de tal organização e mobilização: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Esses dois movimentos lutam pela garantia dos direitos formalmente conquistados na Constituição de 88, pelo fortalecimento dos movimentos sociais de mulheres no campo, bem como por questões mais específicas das múltiplas realidades das mulheres do campo.

O MMTR-NE é um movimento que se define como feminista desde o seu surgimento em 1986, influenciado pelo primeiro Encontro Nacional de Mulheres Rurais Autônomas (DEERE, 2004). Conta com a atuação dos nove estados nordestinos. Dentre as principais pautas do movimento destacam-se: cidadania da trabalhadora rural, valorização do trabalho produtivo e reprodutivo, preservação do meio ambiente e combate à violência contra a mulher.

Já o MMC surge em 2004 como resultado da unificação de movimentos autônomos surgidos na década de 80 e de alguns movimentos dissidentes da ANMTR. É um movimento autônomo e feminista que luta contra o capitalismo e o patriarcado. Dentre as suas principais reivindicações destacam-se: a luta pela garantia do direito à Previdência Social, valorização e reconhecimento da trabalhadora rural, bem como sua autonomia, preservação do meio ambiente e combate a violência contra a mulher.

Portanto, percebe-se que esses movimentos têm lutas em comum, mesmo diante da multiplicidade de experiências das mulheres trabalhadoras rurais – são camponesas, ribeirinhas, pescadoras, posseiras, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, assalariadas rurais em luta por uma vida digna no campo. São mulheres em toda sua diversidade, disputando pelo seu lugar na sociedade, na política e na história. E mais que isso, a resistência delas mostra que disputam por um campo e meio rural entendidos não só como espaços físicos – um pedaço de chão para produzir, mas também como lugares carregados de identidades, memórias e sentimento de pertença.

O protagonismo dessas mulheres, bem como de outros sujeitos, nos mostra um campo, que apesar de ser apagado da história e excluído dos pactos políticos, sempre resistiu à dominação e exploração.

## Capítulo 2 – Estão chegando as decididas

A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica e articulatória, como a própria coordenação define, de mulheres do campo, das águas e das florestas e da cidade na defesa de uma sociedade mais justa, em que as mulheres possam exercer sua liberdade e autonomia.

Inspirada na mobilização de mulheres em prol do aumento do salário mínimo, conhecida como a Marcha Pão e Rosas que aconteceu em Quebec, no Canadá, em 1995 e em adesão à Marcha Mundial das Mulheres<sup>8</sup>, também se colocou como uma forma de homenagear a luta política e social da ex-líder sindical Margarida Maria Alves por uma vida mais digna no campo.

A Marcha das Margaridas, à qual me refiro a partir de agora pela sigla MM, acontece a cada três anos e já conta com cinco edições, sendo que a primeira aconteceu em 2000, a segunda em 2003, a terceira em 2007 por conta das eleições, a quarta em 2011 e a última em 2015. E é realizada sempre no mês de agosto para lembrar o assassinato de Margarida Alves.

Segundo o Observatório das Margaridas, a MM tem como objetivos políticos:

- Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais;
  - Apresentar, através das proposições, uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista;
  - Contribuir para a democratização das relações sociais no MSTTR e nos demais espaços políticos, visando, assim, com a superação das desigualdades de gênero e étnico-raciais;
  - Protestar contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional que precisam ser enfrentados para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar;
  - Denunciar e protestar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação, e avançar na construção da igualdade para as mulheres;
- Atualizar e qualificar a pauta de negociações, propondo e negociando políticas para as mulheres do campo e da floresta e das águas, considerando as suas especificidades;
- Lutar pelo aperfeiçoamento e consolidação das políticas públicas voltadas às mulheres do campo, da floresta e das águas desde a esfera municipal, estadual e federal, contribuindo para que elas incidam no cotidiano das mulheres do campo, da floresta e das águas (Observatório das Margaridas, acesso em 12/10/2015).

<sup>8</sup> A Marcha Mundial das Mulheres, também inspirada na Marcha Pão e Rosas, surgiu em 2000, reunindo mulheres do mundo contra a pobreza e a violência. Com o lema: 2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista, a MMM têm como princípios, a organização de mulheres urbanas e rurais a partir da base e de alianças com movimentos sociais e a superação do sistema capitalista (site da MMM – <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm>).

Além da sua ação estratégica e articulatória, a MM se orienta a partir de ações político-educativas e organizativas de caráter formativo, de denúncia, pressão, proposição, diálogo e negociação política com o Estado.

Todas as edições da Marcha foram promovidas pela CONTAG, Federações e Sindicatos em conjunto com entidades parceiras, como movimentos feministas, de mulheres e organizações internacionais, processo que resultou na consolidação da MM na agenda Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e das organizações parceiras.

Tratando das estruturas organizativas e de mobilização, a Marcha conta com uma coordenação ampliada que é responsável por debater sua plataforma política com as entidades parceiras. Os debates e encontros promovidos pela coordenação resultam na elaboração de um documento base, pauta de reivindicação e de avaliação que até chegar numa versão final é disponibilizado para a introdução de novos temas e demandas.

Em relação à mobilização e arrecadação de recursos financeiros, as margaridas contam com apoio de sindicatos, mas o destaque aqui fica para a criatividade e ousadia delas ao realizarem bingos, rifas, sorteios, festas, venda de animais (MM, 2000a).

A cada edição da Marcha é entregue um documento político com suas pautas ao governo federal e à Bancada Feminina. É também dirigida uma pauta interna ao MSTTR com o objetivo de consolidar relações mais justas e democráticas dentro do movimento sindical.

Cabe destacar que além da realização da marcha em si, há todo um processo de mobilização anterior. É o caso das Jornadas das Margaridas, que aconteceram nos anos de 2008, 2009, 2012 e 2013, e tem como objetivos fortalecer as reivindicações e acompanhar a negociação com o governo. Para isso, são realizados encontros, seminários, audiências e diálogos com o governo.

A primeira edição da Marcha das Margaridas, com o lema “2000 razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista”, contou com a mobilização de 20 mil trabalhadoras rurais de todo o país, que marcharam para assegurar e ampliar os direitos históricos já conquistados e denunciar as políticas públicas excludentes do Estado.

**Figura 1: Cartaz de divulgação da Marcha de 2000**



Fonte: Observatório das Margaridas

Foi promovida pela CONTAG, CUT, MIQCB, MMTR-NE, CNS, UBM e MLT em conjunto com entidades parceiras: SOF, Associação Agroecológica TIJUPÁ, FASE Nacional, Esplar, GTA da Amazônia, OXFAM, Cáritas Brasileiras, CESE, Fundo SAAP, INCRA, FNUAP.

Mobilizadas em torno dos seguintes eixos: reforma agrária e agricultura familiar, direitos trabalhistas e sociais e combate à violência e impunidade no campo e a todas as formas de discriminação social e de gênero, denunciaram também os impactos sobre o campo do modelo neoliberal adotado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Um modelo acompanhado de uma política agrária denominada “Novo Mundo Rural” que concentra a terra, explora a mão de obra, causa desempregos, sem compromisso com a soberania alimentar e que discrimina as mulheres, com programas como “Banco da Terra” e “Cédula da Terra”<sup>9</sup>. Os programas citados têm como uma das problemáticas o não

<sup>9</sup> Lançado em 1997, pelo Governo FHC, o “Cédula da Terra” é um programa piloto destinado à venda e

reconhecimento da participação feminina na reforma agrária uma vez que os critérios de acesso ao financiamento se baseiam em normas e valores culturais que restringem o acesso à terra (MM, 2000a).

Dentro do “Novo Mundo Rural” está inserida também a “Nova Reforma Agrária” que segundo a MM:

Com a “Nova Reforma Agrária”, o governo transfere a responsabilidade das atribuições do Estado para o mercado; descentraliza as ações para os Estados e Municípios; unifica as linhas de crédito para Agricultura Familiar e Reforma Agrária; retira dos assentados conquistas históricas importantes, impondo custos reais aos financiamentos da compra de terras, investimentos e créditos além de tentar enfraquecer a ação dos movimentos sociais que atuam no campo (MM, 2000a, p. 6).

Como vimos no trecho acima, essa política agrária na prática anula as conquistas sociais inseridas na Constituição Federal. Desse modo, ao denunciarem o neoliberalismo, disputam por outra visão de desenvolvimento, campo e trabalho por meio da construção e implementação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) que se baseia nos princípios da justiça, participação social, igualdade, preservação ambiental e respeito à diversidade.

Pensando nestes eixos, as margaridas expõem e denunciam a situação da mulher no campo. Um dos problemas expostos por elas é a existência de práticas sociais e culturais dentro das instituições que prejudicam a implementação de políticas públicas no que se refere à igualdade de gênero. Isso significa que as trabalhadoras do campo ainda têm dificuldades no acesso aos direitos conquistados, como podemos ver nos seguintes trechos:

(...) Ao analisar o perfil das mulheres beneficiadas pela Previdência Social Rural no sul do país, observa-se que 73% receberam o benefício nos últimos 10 anos; que 51% após a entrada em vigor da legislação de 88. Apesar deste resultado, 39,5% afirmaram ter encontrado dificuldades para comprovar a atividade rural e juntar os documentos. 73,5% necessitaram procurar mais ajuda do que os homens para conseguir o benefício; que 39,5% das pessoas que não conseguiram se aposentar por invalidez são mulheres (Boletim do Departamento de Estudos Sócio – Econômicos Rurais apud MM, 2000a, p. 15).

Milhares de pedidos de salário maternidade continuam sendo negados às seguradas especiais pelos Postos de INSS. O que é direito assegurado torna-se uma verdadeira novela, isso ocorre porque os funcionários dos Postos do INSS interpretam a lei da maneira que mais lhes convém. Ao propor alterações através do Lei 9876/99 – como o prazo de carência para 12 meses de contribuição ao INSS para as seguradas

---

compra de terras, implantado nos estados de Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Ceará. Já o programa “Banco da Terra”, aprovado em 1998 pelo Congresso Nacional, é uma versão ampliada do “Cédula da Terra”, visa ser implantado em todos os estados da federação, com o amplo apoio do Banco Mundial e que segundo as margaridas beneficia somente os grandes proprietários de terra e acarretam na supervalorização da terra (MM, 2000a).

especiais e que a assalariada passe a receber o benefício diretamente da Previdência Social – o Governo fere o direito constitucional das mulheres de gozarem a proteção social da maternidade. Esta estratégia do governo soma-se a luta dos empregadores de querer derrubar a Convenção 103. A proposta é acabar com a estabilidade no emprego da mulher gestante, além de diminuir o prazo de licença maternidade e adotar o pagamento parcial do salário da mulher licenciada (MM, 2000a, p. 15).

Sobre o acesso a créditos de programas voltados para a agricultura familiar bem como a participação feminina na reforma agrária, as margaridas salientam que:

De todo o público beneficiado pelo PRONAF, 88% são homens chefes-de-família e apenas 7% são mulheres. Estes dados revelam mais uma vez que os critérios de acesso ao crédito, acabam privilegiando o homem chefe de família e impedindo, discriminando e excluindo as mulheres (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 1999 apud MM, 2000a, pp. 9-10).

Vale registrar que de todos beneficiados pela Reforma Agrária no Brasil no período de 32 anos, entre 1964 e 1996, apenas 12,6% são mulheres (MM, 2000a, p. 7).

Percebemos até aqui que mesmo tendo seus direitos e reivindicações reconhecidos e legitimados pelo Estado, o mesmo falha com as trabalhadoras rurais ao ignorar as desigualdades entre homens e mulheres no meio rural. Nesse sentido, ao tratar da invisibilidade feminina nas políticas de reforma agrária, Butto e Hora (2010) apontam que essas políticas pouco eram voltadas para a realidade da agricultora familiar e da assentada. Na verdade, eram destinadas a um modelo hegemônico de família, na qual o homem era o chefe de família, logo o interlocutor dessas políticas em contraste a uma realidade de multiplicidade de arranjos, o que agrava em especial a situação de mulheres cuja vida não corresponde aos padrões ideais de família (BIROLI, 2014).

Dessa forma, se as mulheres rurais têm seus direitos e demandas ignorados, elas não conseguem se reposicionar dentro da família e ficam impossibilitadas de exercer sua liberdade e autonomia.

O direito à terra e controle da propriedade têm muitas implicações sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres. O controle amplia o grau de autonomia das mulheres. Nos casos de separações e morte na família, elas preservam os seus direitos e ampliam sua capacidade de decidir sobre sua vida afetiva, seus projetos pessoais, coletivos e garantem acesso à renda própria. (BUTTO, HORA, 2010, p. 22).

Outros problemas também são expostos, tais como analfabetismo, prostituição e abuso sexual de crianças e adolescentes:

Os altos índices de prostituição, de abuso sexual de crianças e adolescentes e de esterilização massiva das mulheres denunciam, ainda, algumas formas de violência

sexista que sofrem as trabalhadoras rurais. A maioria dos casos de violência e abuso sexual não são denunciados, seja por medo, desinformação ou constrangimento das vítimas. Além de não dispor de lugares e profissionais especializados para atendimento às vítimas de violência, os familiares ou membros da comunidade que se dispõem a ajudar a vítima, desconhecem quais os serviços existentes e como proceder para ter acesso a este tipo de assistência (MM, 2000a, p. 17).

Tratando da organização da Marcha, trago aqui a classificação de Berenice (2008), que ao descrever a organização e o processo de planejamento das três primeiras edições da marcha, fala de três momentos principais: preparação, realização e avaliação. A preparação é um momento muito importante, pois envolve o lançamento, a divulgação e mobilização do processo de construção das edições. É no lançamento que as trabalhadoras rurais denunciam a condição e situação social das mulheres no meio rural.

Nessa fase de preparação, a coordenação ampliada e as comissões junto com as entidades parceiras promovem debates e reuniões sobre a realidade feminina no meio rural, mobilizando assim mulheres de todo o país em torno de problemas específicos que lhes são comuns. A parceria entre campo e cidade também é destacada como importante para todo esse processo de construção da marcha.

No que se refere à mobilização de recursos para viabilizar a ida das trabalhadoras a Brasília, além do apoio financeiro das entidades promotoras e parceiras, são realizados bingos, rifas e sorteios.

Indo para a fase de realização, a primeira marcha aconteceu em 10 de agosto em Brasília e teve como primeiro ato público, em frente ao Banco Central, a denúncia da dívida externa e dos acordos realizados em o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) no que se refere à acentuação das desigualdades sociais e de gênero.

Um dia antes da realização da Marcha, as trabalhadoras rurais entregaram um documento com suas reivindicações ao governo federal, começando assim o processo de negociação com o Estado por meio de uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, que propôs a constituição de uma Comissão Técnica para analisar e apresentar encaminhamentos à pauta de reivindicação da MM.

Dentre as reivindicações, destacam-se: promoção de campanhas de documentação para as trabalhadoras rurais, titulação conjunta da terra independente do estado, realização de pesquisas sobre as situações ambientais nas regiões do país e seus impactos sobre as relações de gênero, incorporação do tema gênero nos programas de capacitação destinados aos profissionais e técnicos formuladores de programas e projetos voltados para o desenvolvimento rural e reforma agrária, implantação plena do Programa de Assistência

Integral à Saúde da Mulher em todos os municípios rurais e criação de uma Rede Nacional de Centros de Atendimento Integrado às mulheres em situação de violência doméstica, cobrindo as zonas rurais, e contando com profissionais especializados e capacitados para o atendimento jurídico, psicológico e social de mulheres e crianças (MM, 2000a).

Na avaliação da marcha, o processo de negociação com o Estado significou dois avanços importantes: que pela primeira vez na história política houve uma negociação de pautas específicas entre o governo federal e as trabalhadoras rurais e pela primeira vez na história do movimento sindical, elas foram protagonistas no que se refere às negociações de questões gerais do movimento (MM, 2000b).

Com o lema “2003 razões para marchar contra fome, pobreza e violência sexista”, a marcha de 2003 se mobilizou em torno de eixos prioritários: acesso da mulher à terra, meio ambiente com foco na sustentabilidade do manejo das águas e agroecologia, política permanente de recuperação do salário mínimo, saúde pública com assistência integral à mulher e combate a violência sexista, outras formas de discriminação e violência no campo, além de destacar os eixos da Marcha anterior.

**Figura 2: Cartaz de divulgação da Marcha**



Fonte: Observatório das Margaridas

A MM de 2003 teve como entidades promotoras: CONTAG, FETAG's, STR's, CUT, SECRETARIA DE MULHERES DO CNS, MMTR/NE, MLT e MIQCB e entidade parceiras: MMM no Brasil, REDE LAC, FASE, SOF, CPT, FÓRUM CARAJÁS, ESPLAR, BÖLL, CASA LILÁS, Loucas de Pedra Lilás, OXFAM, UNIFEM, CÁRITAS, CESE, FUNDO SAAP, CRISTHIAN AID, IICA, NEAD, SPM e MDA.

Partindo da experiência metodológica de construção da MM 2000, a fase preparatória da 2ª edição da Marcha começou com o seu lançamento na semana 8 de março em todas as regiões do país. Na ocasião, foram realizadas atividades formativas de várias modalidades, tais como, encontros, plenárias, oficinas, seminários, além de festas, bingos, almoços e bailes para a arrecadação de recursos.

Essas atividades tinham como finalidade apresentar a proposta política da Marcha para o MSTTR e outros segmentos da sociedade, bem como por debater o texto base dela.

Já em maio, nos dias 26 e 27, em Brasília, foi realizado o Seminário Nacional da Marcha das Margaridas promovido pela Coordenação Nacional da MM, que tinha como objetivos:

- a) Aprofundar o debate político sobre os temas “salário mínimo digno” e “gênero e água” e seu impacto na vida cotidiana das mulheres trabalhadoras rurais;
- b) Atualizar e avançar na construção da Pauta Nacional de Reivindicações das Mulheres Trabalhadoras Rurais, apresentando propostas referentes aos temas;
- c) Propor estratégias para o processo de negociação da pauta aos níveis nacional, estadual e municipal (MM, 2003b, p. 4).

Desta forma, contou com a participação de trabalhadoras rurais de todo o país: coordenadoras das comissões estaduais de mulheres das FETAGs e STRs de todos estados do Brasil, extrativistas, seringueiras, coordenadoras do Movimento Autônomo de Mulheres; assessorias das Comissões de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG e FETAGs, Movimento Autônomo de Mulheres, ONGs, pastorais, diretoria e assessoria da CONTAG e representantes das entidades promotoras e apoiadoras da MM.

A realização desse seminário, bem como as atividades do 8 de março, proporcionou momentos de discussão e reflexão sobre a realidade feminina no meio rural, além disso foram fundamentais para a criação do texto base da MM de 2003 com a incorporação das propostas de todos os estados, resultando assim na pauta nacional de reivindicações com 140 itens entregue ao Governo Federal.

A construção dessa pauta mobilizou comunidades e municípios de todos os estados brasileiros, foram reuniões e rodas de conversa sobre os temas: terra, água, salário digno, saúde e a violência sexista. Estimulando o empoderamento de mais de 1

milhão de mulheres de todas as idades, cores e saberes, que participam do processo político-educativo e organizativo de construção desta pauta (MM, 2003a, p. 3).

Todo esse processo de preparação e mobilização levou 40 mil mulheres a Brasília no dia 26 de agosto e resultou na negociação com o Governo Federal e em conquistas e avanços importantes para a consolidação de um campo mais justo para as mulheres rurais: titulação conjunta obrigatória<sup>10</sup>, revisão dos critérios atuais de seleção de famílias cadastradas para facilitar o acesso das mulheres a terra, Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural (PNDTR)<sup>11</sup>, manutenção do critério de diferenciação de idade para homens e mulheres para fins de aposentadoria, elaboração de projeto de educação em saúde reprodutiva, gênero e família, processo de reestruturação do Grupo da Terra responsável pela construção da política de saúde para a população do campo, criação da coordenadoria de educação do campo no MEC, processo de revisão dos critérios e metas para criação de delegacias, casas abrigo e centros de referência e compromisso com a realização de campanha educativa de prevenção e combate a violência (MM, 2004).

A terceira edição da Marcha, realizada nos dias 21 e 22 de agosto em 2007, com o lema “2007 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, levou 70 mil trabalhadoras rurais à Brasília mobilizadas em torno dos seguintes eixos: terra, água e agroecologia, segurança alimentar e nutricional e a construção da soberania alimentar, trabalho, renda e economia solidária, garantia de emprego e melhores condições de vida e trabalho das assalariadas, política de valorização do salário mínimo, previdência social pública, universal e solidária, defesa da saúde pública e do SUS, educação do campo não sexista e combate à violência contra as mulheres (Observatório das Margaridas).

<sup>10</sup> Ver portaria do Incra n° 981/2003.

<sup>11</sup> O PNDTR foi criado em 2004 e já emitiu mais de 546 mil documentos beneficiando mais de 275 mil trabalhadoras rurais (BUTTO, HORA, 2010, p. 28).

**Figura 3: Cartaz de divulgação da Marcha de 2007**



Fonte: Observatório das Margaridas

Antes de falar sobre o processo de construção da Marcha de 2007, cabe destacar algumas conquistas importantes que consolidaram a Marcha na agenda das federações e sindicatos. Exemplo dessas conquistas foi a inclusão da terceira Marcha no Planejamento Estratégico da CONTAG, em 2005, o que levou a plataforma política da MM a ser pautada no MSTTR, em eventos internacionais<sup>12</sup> e no seu ano de lançamento, em 2006, estão pautada nas principais atividades de federações e sindicatos.

Indo para a fase preparatória de sua terceira edição, já na semana do 8 de março de 2006, trabalhadoras rurais realizaram passeatas, seminários e atos públicos contra a violência e impunidade no campo. Já em 12 de agosto, é feito o lançamento simbólico da terceira Marcha, com a realização também de passeatas, seminários, encontros com autoridades locais, confraternizações e feiras por todo o país.

<sup>12</sup> A organização da terceira edição também foi pautada no 2ª Encontro da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Rede LAC), que ocorreu no mesmo ano, no México. Além disso, a realização da Marcha contou com a participação de países da América Latina e da Europa (MM, 2007e).

Continuando com o processo de construção, entre 26 e 29 de novembro, é realizado o Seminário Nacional de Preparação da terceira marcha que contou com a participação de 200 dirigentes do movimento sindical, entidades parceiras e organizações nacionais e internacionais, representantes da SPM e do MDA.

No que se refere à arrecadação de recursos, foram realizadas rifas, almoços beneficentes e articulação de parcerias com governos estaduais e municipais. Segundo a coordenação da Marcha, de novembro de 2006 a julho de 2007, foram vendidas 190 mil rifas para custear o transporte e infraestrutura da Marcha. Isso revela não só um poder de articulação política, mas também de mobilização de recursos e construção de parcerias (MM, 2007e).

Já no momento de realização da Marcha, foram promovidas conferências, atos públicos e a Feira Solidária das Margaridas, que teve como objetivo mostrar a diversidade do meio rural, pautando a valorização das atividades agrícolas e não agrícolas realizadas pelas mulheres, além de mesas redondas sobre os eixos principais.

Posto isso, a MM de 2007 traz alguns pontos novos sobre a sua organização e construção de sua identidade política. O primeiro é que, ao contrário das edições anteriores, as reivindicações da terceira versão foram entregues antes da concentração das margaridas em Brasília, o que resultou num processo de negociação bem antecipado e garantiu uma resposta do governo na cerimônia de encerramento da Marcha. O segundo, a MM englobou outras identidades na sua plataforma política, dando assim, visibilidade as mulheres extrativistas e das florestas (MM, 2007e).

Dos 107 itens de reivindicação entregues, as Margaridas selecionaram 13 pontos centrais para a negociação imediata com o Governo Federal, dentre eles – a ampliação do PNDTR, assegurando unidades móveis em todos os estados, e recursos financeiros para universalizar o acesso das trabalhadoras assentadas, agricultoras familiares e assalariadas, criação de uma medida provisória que garanta o livre acesso ao uso dos babaçuais e que proíba a derrubada de palmeiras e a coleta do coco babaçu para a produção de carvão, criação do Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento de Experiências Produtivas agrícolas e não-agrícolas, geradoras de renda, para mulheres trabalhadoras rurais das diversas regiões do país e criação do “Fórum Nacional de Combate à Violência social e doméstica contra as mulheres do campo e da floresta” (MM, 2007, p.1).

A quarta edição da MM, realizada nos dias 16 e 17 de agosto de 2011, teve como lema “2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade” e contou com a participação de quase 100 mil mulheres do país todo

marchando pelos seguintes eixos: biodiversidade e democratização dos recursos naturais, terra, água, agroecologia, soberania e segurança alimentar e nutricional, autonomia econômica, trabalho e renda, educação não sexista, sexualidade e violência, saúde e direitos reprodutivos e por último, democracia, poder e participação política.

**Figura 4: Cartaz de divulgação da Marcha de 2011**



Fonte: Observatório das Margaridas

Para o processo de construção da Marcha<sup>13</sup>, assim como nas outras edições, foi realizado o Seminário Nacional de Preparação em novembro de 2010, além de reuniões posteriores ao seminário que definiram o lema e a plataforma da sua quarta edição. Feito todo o processo de construção, com a participação de sindicatos, movimentos, entidades, as margaridas entregaram a pauta de reivindicações com 158 itens ao governo federal em julho de 2011.

Já no momento de realização da Marcha, foi realizado um conjunto de atividades, como amostra da produção das margaridas, conferências, oficinas, painéis, debates, apresentações culturais e manifestações públicas.

<sup>13</sup> Sobre as entidades promotoras e parceiras, é interessante destacar que desde a Marcha de 2007, algumas entidades promotoras passaram a ser entidades parceiras, isto é, somente a CONTAG, as federações e os sindicatos ficaram como promotoras da Marcha.

A Marcha de 2015 reuniu 100 mil mulheres em Brasília sob o lema: Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade articulando os seguintes eixos: as Margaridas na luta por terra, água e agroecologia, Margaridas em defesa da autonomia econômica, do trabalho e da renda para as mulheres do campo, da floresta e das águas, Margaridas em defesa da educação não-sexista, da educação sexual e da sexualidade vivida com liberdade, Margaridas no enfrentamento à violência contra as mulheres, Margaridas em defesa do direito à saúde e dos direitos reprodutivos, Margaridas em defesa da democracia, do poder e da participação das mulheres.

Seguindo a metodologia das Marchas anteriores, em novembro de 2014 ocorreu o lançamento oficial da quinta edição, já no mês de março de 2015 foram realizadas ações de mobilização, formação e divulgação, caravanas para debater a plataforma política e construção da pauta. Em abril aconteceram marchas estaduais e encontros regionais para a sistematização da pauta. Em junho, foi entregue a pauta de reivindicações aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. E por fim, no mês de agosto, a realização da Marcha em Brasília.

**Figura 5: Cartaz de divulgação da Marcha de 2015**



Fonte: Observatório das Margaridas

É interessante notar que mesmo reivindicando por políticas públicas que reconheçam e legitimem as mulheres do campo como trabalhadoras rurais, a discussão sobre trabalho produtivo e reprodutivo se torna mais forte nas três últimas edições da Marcha. É partir da Marcha de 2007 que se tem um eixo sobre trabalho e renda que continua nas edições seguintes.

A ideologia patriarcal se sustenta na idéia de que o homem representa a família em todos os assuntos externos e é o administrador da propriedade familiar. Já a divisão sexual do trabalho fundamenta a idéia do homem ser socialmente reconhecido como agricultor e a mulher como doméstica ou “ajudante”. Essa visão discriminatória revela uma profunda desigualdade nas relações entre mulheres e homens na agricultura familiar, uma vez que não valoriza e não reconhece a quantidade de tempo que as mulheres dedicam às atividades agrícolas e não agrícolas produtivas. Muito menos atribuem um valor econômico ao trabalho doméstico, fundamental para viabilizar a agricultura familiar, não fazendo a interrelação entre o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e a reprodução e manutenção da força de trabalho na agricultura familiar (MM, 2003a, p. 11).

No Brasil, o valor social e econômico do trabalho doméstico, e o tempo destinado às mulheres para realizá-lo não são reconhecidos, visibilizados e não contam para o acesso a direitos. Estudos recentes já demonstram que, quando contabilizado, o trabalho doméstico corresponde a cerca de 13% do PIB do nosso país – somente os afazeres realizados pelas mulheres geram 185 bilhões para a economia 8. Isso significa dizer que se o trabalho doméstico fosse reconhecido todas as mulheres seriam consideradas trabalhadoras e estariam contribuindo para a produção de riqueza do país (MM, 2007a, p. 42).

O não reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados tem por objetivo ocultar sua dimensão econômica e a relação com a exploração capitalista. No capitalismo, houve uma redução do conceito de trabalho àquelas atividades vinculadas ao mercado, enquanto antes do capitalismo o trabalho consistia no conjunto das atividades necessárias à existência humana. Desta forma o capitalismo instituiu a separação entre esfera produtiva e esfera reprodutiva à qual corresponde a separação entre espaço público e espaço privado. No capitalismo, é considerado produtivo só aquilo que gera troca no mercado, ou seja, aquilo que pode se tornar uma mercadoria. Nesta lógica o trabalho reprodutivo deixa de ser trabalho, porque não se comercializa. Ao mesmo tempo, o trabalho mercantil, depende do trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres, em casa. A abordagem da economia feminista ampliou o enfoque econômico ao reconhecer o papel fundamental do trabalho doméstico na vida econômica e social (MM, 2011, p. 30)

Para nós, justiça combina com autonomia econômica, política e pessoal. Para haver justiça é necessário tornar público e questionar a intensa jornada de trabalho das mulheres, reconhecer a importância dos trabalhos realizados nas esferas da produção e da reprodução para a vida. É preciso ainda que os trabalhos domésticos e de cuidados sejam reconhecidos como uma responsabilidade a ser compartilhada com toda a família e o Estado, além de considerarmos e valorizarmos os trabalhos de militâncias nas comunidades, sindicatos e movimentos (MM, 2015a, p. 8)

Algo parecido aconteceu com a discussão sobre a descriminalização do aborto. Nas Marchas de 2000, 2003 e 2007, essa discussão aparece mais como um problema de saúde pública do que como uma questão relacionada à autonomia da mulher sobre o próprio corpo.

Um outro dado grave é em relação ao aborto. No Brasil, é grande o número de mulheres, tanto urbanas como rurais, que recorrem ao aborto como forma de interromper uma gravidez indesejada. As mulheres pobres fazem esses abortos com métodos inseguros, acarretando seqüelas para saúde e muitas mortes (MM, 2003a, p. 8)

O aborto ainda é considerado crime, e milhares de mulheres morrem ou ficam doentes em consequência de praticarem o aborto de forma clandestina, em péssimas condições. Somam-se a isso o desrespeito, a humilhação e mau atendimento nos serviços de saúde, uma vez que a maioria dos profissionais de saúde considera que as mulheres que fazem aborto devem ser punidas. Além disso, é muito comum o assédio e o abuso sexual nos serviços de saúde (Caderno de texto, 2007a, p. 53).

Já nas edições de 2011 e 2015, a essa mesma discussão é encontrada num novo eixo da Marcha – saúde e direitos reprodutivos e tem como argumento central a autonomia da mulher sobre o próprio corpo.

Os direitos reprodutivos têm por base o direito fundamental de todas as mulheres de controlar seu próprio corpo, de decidir sobre ter filhos ou não, e de quando e com quem ter filhos, sem passar por coerção ou discriminação de qualquer espécie. Além disso, de poder partilhar igualmente com o parceiro, o cuidado com a família, com a vida profissional e política.

[...] A criminalização do aborto tem impactos graves na saúde da mulher, especialmente entre mulheres negras, pobres, do campo e da floresta, porque não têm condições financeiras para pagar por um abortamento melhor assistido, como muitas mulheres urbanas de classe média e alta. Nessas condições, muitas mulheres acabam se submetendo a procedimentos abortivos mais danosos à saúde (MM, 2011, p. 44).

Outro eixo surge na plataforma política das Marchas de 2011 e 2015 é democracia, poder e participação política que trata de questões referentes à participação social, sindical e política institucional das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.

Nesse eixo, as margaridas descrevem o processo de luta por participação política feminina e pela igualdade de direitos de movimentos feministas e de mulheres no Brasil e no mundo. No caso das trabalhadoras rurais, como já tratado no primeiro capítulo, elas vão se inserindo estrategicamente nos sindicatos e exigindo a superação de todo tipo de discriminação. E de lá pra cá, foram muitas conquistas referentes à participação política sindical, social e institucional, como podemos ver abaixo:

Adoção da política de cota de no mínimo 30% de mulheres nas direções e instâncias deliberativas do MSTTR – diretorias, conselhos e congressos, e de 50% em cursos de capacitação;

Renovação da agenda sindical e incorporação de novos temas e conteúdos, às pautas de reivindicações do MSTTR, dentre eles, o enfrentamento à violência contra as mulheres, saúde, sexualidade e direitos reprodutivos, autonomia econômica e organização produtiva, acesso à terra, soberania e segurança alimentar, sucessão rural com foco na dimensão patriarcal e sexista;

Protagonismo político das trabalhadoras rurais no PADRSS, na proposição, negociação de políticas públicas e nos espaços de concepção, gestão e controle social;

Participação e representação política nos espaços de formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas, nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Neste caso, destaca-se a participação em Conferências (Política para as Mulheres, Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, Segurança e Soberania Alimentar e outras) e Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais (Direitos da Mulher – CNDM, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, dentre outros) (MM, 2011, p. 49).

No que se refere aos desafios para a realização do eixo democracia, poder e participação política das mulheres do campo e da floresta, a marcha de 2011 aponta:

- Fortalecimento e ampliação da organização das mulheres do campo e da floresta, de forma permanente e contínua, nos diversos espaços e movimentos de participação política e sindical;

- Participação de forma organizada e qualificada, em todos os âmbitos – municipal, estadual, nacional - da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres;

- Definição de estratégias de atuação no processo de definição e aprovação do orçamento da União - Plano Plurianual (PAA);

Institucionalização das políticas para as mulheres do campo e da floresta;

- Participação no processo da reforma e democratização do sistema político brasileiro;

Manutenção e aprimoramento da capacidade crítica e de autonomia frente ao governo, com triplo movimento: não baixar a guarda, lutar pela democracia e pelo desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, liberdade e igualdade para as mulheres, e saber defender a presidenta Dilma cada vez que ela for atacada como mulher;

- Construção de novas correlações de força para avançar na democracia política, mas também, avançar na democracia participativa;

Garantia da cota de 30% no mínimo, e conquista da paridade de representação e exercício do poder nos diversos espaços políticos;

- Aprofundamento do diálogo entre as diferentes gerações de mulheres, em favor da ampliação e fortalecimento da participação feminina;

Transformação das formas culturais de percepção e significação da juventude, para romper com os estigmas da inexperiência e do despreparo para a vida pública; afirmar as mulheres jovens como sujeitos políticos, de direito, inseridas na vida social, política, econômica e cultural do país, e reconhecê-las como segmento estratégico para a conquista e realização do desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade;

- Garantia e implementação de programas de formação política para as mulheres, com viés feminista, considerando as diferenças de raça e geração;

Enfrentamento à opressão e discriminação fundadas na raça e na etnia (MM, 2011, p. 51).

Cabe destacar que além de reforçar esses desafios, a Marcha de 2015 também trouxe um posicionamento contra a conjuntura política do país – o desrespeito às urnas e os retrocessos nos direitos, como podemos observar nos trechos abaixo:

Marchamos em repúdio à ofensiva das forças reacionárias, anti-direitos e fundamentalistas, que se utilizam dos espaços de poder, das religiões e da grande

mídia para proliferar a intolerância e disseminar preconceitos, sexismo, misoginia, racismo e ódio de classe na sociedade brasileira. Neste processo atacam direitos e ameaçam a democracia pela qual tanto lutamos (MM, 2015e, s/p).

Companheiras, mulheres de todo o Brasil, trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, mulheres trabalhadoras das cidades, **SEGUIMOS EM MARCHA!** A conjuntura que se desenha pós-eleições exige que as Margaridas assumam a mesma postura que lhes exigiu coragem e ousadia para reconduzir Dilma Rousseff à Presidência da República, contra a candidatura apoiada massivamente pelos setores conservadores. Findada as eleições, entendemos que devemos seguir na luta nos afirmando neste momento de disputas como sujeitos de direitos e sujeitos políticos a fim de garantir reformas políticas capazes de proporcionar mudanças em estruturas históricas que ainda sustentam as desigualdades e a discriminação no Brasil (MM, 2015f, s/p).

Dessa forma, essas observações sobre a maneira como algumas questões são tratadas na Marcha bem como o aparecimento de novos temas, mostram um amadurecimento político de caráter feminista na avaliação da própria Marcha (MM, 2011).

Outra avaliação importante que a Marcha faz é que os maiores avanços nos direitos das trabalhadoras rurais foram obtidos nos governos do PT, principalmente no governo da presidente Dilma Rousseff deposta pelo golpe político em 2016 (MM, fichário, 2015c).

Essa avaliação da MM é uma evidência da histórica relação do PT com os movimentos sociais e feministas. Nesse sentido, Machado (2016) ao analisar a relação dos feminismos com o Estado brasileiro, destaca que os movimentos feministas tiveram maior avanço nas suas reivindicações através das estratégias políticas de diálogo introduzidas pelo governo Lula.

Portanto, percebemos que o processo de construção das cinco edições da Marcha orientado a partir de ações estratégicas e articulatórias, de formação, denúncia, pressão e negociação com o Estado e combinando as dimensões redistributivas e de reconhecimento da justiça, como veremos no próximo capítulo, mostrou-se estratégico para a conquista de direitos e para consolidação de uma democracia voltada para o meio rural, portanto mais justa.

No próximo capítulo, trarei a discussão de Nancy Fraser sobre redistribuição e reconhecimento para mostrar como as margaridas articulam essas duas dimensões de justiça simultaneamente, por uma democracia que olhe para o rural a partir de uma perspectiva feminista e sustentável.

### Capítulo 3 – Um olhar florido sobre a democracia

Dos tempos antigos para os tempos contemporâneos muito se perdeu da expressão democrática “governo do povo”. Segundo Finley (1988), o sentido atribuído à democracia a) é historicamente definido, b) encontra-se em disputa, c) é constantemente alterado.

Ainda segundo o autor, se no mundo antigo o sentido atribuído à democracia estava no fato de não haver uma divisão nítida entre líderes e liderados e de que a soberania popular significava a participação direta dos cidadãos com o mesmo direito a fala nas assembleias (ressaltando aqui que o *demos* era restrito e excluía mulheres, estrangeiros, escravos, etc.), no mundo moderno e contemporâneo limitou-se ao voto.

As democracias contemporâneas têm seu sentido atribuído ao momento do voto em que o exercício do poder popular é deslocado para um corpo restrito de pessoas consideradas mais capazes de tomar as decisões políticas.

Feitas essas constatações, a autor pontua que é importante retomar a experiência grega para recuperar um sentido mais denso de democracia em que haja a ampliação da participação política em contraste ao momento das eleições. É preciso resgatar o conceito mais denso de soberania popular e de participação só assim para que seja possível tornar a democracia mais igualitária e sensível aos interesses e perspectivas populares.

Voltando o olhar para a Marcha das Margaridas, que tipo de democracia elas disputam?

Respondendo a essa pergunta, as margaridas disputam por um modelo democrático que não se resume ao ato de votar, mas que permita e amplie a participação política e social delas em todas as esferas da vida. E acima de tudo, em diálogo com a crítica feminista, um ordenamento democrático que não tolere as injustiças que ocorrem dentro do lar, no quintal, roçado e na política, como podemos ver nos trechos abaixo:

Há várias maneiras de compreender o que é democracia, mas todas elas têm a ver com uma mesma coisa: a forma de exercer o poder. Assim, ao falar de democracia estamos sempre falando sobre quem decide, quem pode participar dos espaços de poder e quem o exerce. Poder de decidir os rumos do país, da comunidade, do movimento, do partido, e da família também. Tratamos do poder popular e da participação política das mulheres. Para o feminismo, a participação das mulheres é uma condição importante para a democracia e por isso aponta para uma das contradições de nosso tempo: a pouca presença das mulheres nos espaços de poder. Somos uma grande minoria na direção dos partidos, dos movimentos, dos governos. Estamos sub-representadas nas câmaras de vereadores e no congresso nacional, no judiciário.

[...] Fazer uma reforma política democrática exige muito mais do que algumas mudanças no sistema partidário-eleitoral, vigente no país. Trata-se de democratizar o

Brasil, tarefa na qual, as mulheres têm muito a contribuir, a partir dos horizontes utópicos do feminismo e da política. E para que se faça um país realmente democrático, há que romper com as desigualdades, discriminações vivenciadas pelas mulheres, em particular pelas mulheres negras, indígenas, do campo e da floresta, trabalhadoras domésticas, lésbicas, com deficiência, jovens e de terceira idade (MM, 2015b, p. 64).

Dito isso, trago uma contribuição da MM que considero muito importante para fortalecer a democracia brasileira: um novo projeto de sociedade pautado pelo desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade sob uma perspectiva feminista.

A crítica feminista ao atual modelo de desenvolvimento fortalece o caráter de denúncia da Marcha das Margaridas, ao mesmo tempo em que apresenta as bases para o anúncio e proposição de um modelo alternativo que, para se concretizar, exige o compromisso da sociedade e do Estado (MM, 2011, p. 9).

Por desenvolvimento sustentável, a MM entende um desenvolvimento centrado no ser humano voltado para o crescimento econômico sem desrespeitar a biodiversidade, o patrimônio genético, o meio ambiente, às tradições, relações, culturas e saberes, organização e participação política dos povos do campo, da floresta e das águas. E acima de tudo, um desenvolvimento pautado nos ideais de justiça, autonomia, igualdade e liberdade para as mulheres do campo, das águas e das florestas (MM, 2011, p.12).

Isso significa que é preciso reconhecer e tornar visível a jornada de trabalho das mulheres, articulando as esferas produtivas e reprodutivas, vencer e reconhecer as diversas desigualdades no trabalho, na família e na política que afetam de maneira diferente as mulheres e superar a divisão sexual do trabalho. Além disso, tornar possível a socialização do trabalho doméstico e de cuidados, uma vida sem violência e sem preconceitos e discriminação (MM, 2011, p. 11).

Finalmente, para que o desenvolvimento se faça de forma sustentável, com justiça, autonomia, igualdade e liberdade para as mulheres é preciso vencer as desigualdades econômicas e políticas e garantir a cidadania íntegra. Significa vencer a pobreza, maior entre as mulheres, e maior ainda entre as mulheres negras, bem como assegurar a liberdade, a participação política e o acesso aos bens materiais e simbólicos, como a diversidade identitária, a formação política, a desconstrução de padrões patriarcais e sexistas e o acesso a políticas públicas (ibidem).

Como mostrei nos capítulos anteriores, as trabalhadoras rurais traçaram uma luta política para o reconhecimento como trabalhadoras rurais e de agentes políticas capazes de decidir sobre o próprio destino, questionando a configuração excludente e injusta dos sindicatos, movimentos sociais, da família e do próprio Estado.

No que se refere às edições da MM, desde sua primeira versão, há a denúncia e exposição do modelo neoliberal de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro. Modelo este centrado no lucro e que passa por cima de toda diversidade e pluralidade que existe no meio rural e que se sustenta pela concentração de terra, opressão e subordinação das mulheres e por uma visão distorcida e preconceituosa do meio rural:

A visão distorcida e preconceituosa do meio rural é reproduzida pelo modelo de desenvolvimento que predomina no Brasil, que se sustenta na aliança do latifúndio com o agronegócio, na concentração da terra e da renda, na devastação das florestas e bens comuns, na privatização e controle pelo mercado da água, da biodiversidade, na exploração dos trabalhadores e trabalhadoras e na opressão e subordinação das mulheres (MM, 2015b, p.9).

Dessa forma, as margaridas disputam por uma democracia que não olhe para o meio rural como um espaço atrasado atrelado à fome e à miséria, sem cultura e conhecimento, mas que o reconheça e o valorize em toda sua diversidade, reconhecendo principalmente a atuação política, social e econômica das mulheres do campo, das águas e das florestas. Portanto, um conceito de democracia que englobe o rural a partir das perspectivas, visões e demandas delas.

Afirmamos que esse não é o verdadeiro retrato do mundo rural, que engloba o campo, a floresta e as águas: o rural é rico de conhecimentos, de produção, de belezas, de vidas. Lá vivem e trabalham muitas pessoas, com diferentes identidades: jovens, idosas, mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, extrativistas, quebradeiras de coco, assentadas da reforma agrária, assalariadas rurais, agricultoras familiares, camponesas (MM, 2015a, pp. 9-10).

Diante do que já foi colocado, outra pergunta que faço é: como chegar a um modelo de democracia que não se resuma ao ato de votar e tão pouco tolere as desigualdades e se sustente delas, além de ser pautado por um desenvolvimento sustentável com justiça, reforma agrária, soberania alimentar, valorização e reconhecimento do trabalho das mulheres rurais e urbanas? Uma resposta possível é outra contribuição que as Margaridas dão ao combinar duas dimensões de justiça – redistribuição e reconhecimento na sua plataforma política, mostrando assim um horizonte possível.

Antes de trazer alguns exemplos de demandas reivindicadas pela MM que articulam essas duas dimensões de justiça, apresento a discussão da filósofa norte-americana Nancy Fraser (2001[1997a]) sobre a interação entre aspectos econômicos e culturais que a justiça requer no artigo intitulado “*Da redistribuição ao reconhecimento. Dilemas da justiça pós-socialista*”.

Nesse artigo, Fraser critica a substituição dos interesses de classe pelas demandas

identitárias tidas como principal incentivo para mobilização política nos conflitos pós-socialistas. Nas palavras da autora “A dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política” (Fraser, 2001, p. 245).

Para Fraser, as disputas por reconhecimento estão inseridas em contextos de desigualdades materiais acentuadas, dessa forma não podem ser mobilizadas sem disputas por igualdade social. E tão pouco essas disputas devem ser vistas como coisas separadas e opostas. Além disso, tal separação e oposição entre esses dois aspectos, segundo a autora, são produtos do capitalismo e estão presentes na discussão dos teóricos da nova esquerda americana que estão divididos entre esquerda social e cultural (FRASER, 2009 [1997b]).

É partindo da colocação de que aspectos econômicos e culturais não podem ser vistos de maneira separada e oposta que Fraser elabora uma teoria crítica do reconhecimento combinando política de classe com política de identidade de modo que se sustentem e não enfraqueçam uma a outra.

Para tanto, a autora conceitua analiticamente redistribuição e reconhecimento como paradigmas distintos, mas interconectados na proposta que faz, de justiça, resultando assim no dilema “redistribuição/reconhecimento”. Nesse sentido, ela analisa distintamente duas formas de injustiça: a) injustiça socioeconômica e b) injustiça cultural ou simbólica que precisam de dois remédios analiticamente distintos, respectivamente: a) redistribuição e b) reconhecimento.

A injustiça socioeconômica (exploração do trabalho, marginalização econômica e privação material) encontra-se enraizada na estrutura político-econômica da sociedade, portanto precisa de remédios redistributivos capazes de reestruturar essa ordem político-econômica, tais como, redistribuição de renda e reorganização da visão do trabalho.

Já a injustiça cultural ou simbólica (dominação cultural, não-reconhecimento e desrespeito) encontra-se enraizada a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, portanto precisa de remédios de reconhecimento que mudem esses padrões, tais como, valorização e reconhecimento de identidades desrespeitadas e da produção cultural de grupos marginalizados.

Feita essa análise, a autora parte para o questionamento sobre a relação entre demandas redistributivas e por reconhecimento e sobre as interferências mútuas que podem surgir delas. Ainda pontua que demandas por reconhecimento tendem a diferenciar os grupos, ao contrário das demandas redistributivas que tentam acabar com essa diferenciação através da abolição de arranjos econômicos.

Com essas análises, a autora chega ao dilema da redistribuição/reconhecimento partindo do entendimento de que pessoas que estão sujeitas a esses dois tipos de injustiças, precisam tanto de políticas redistributivas quanto de políticas de reconhecimento, sendo assim, reivindicam e negam suas especificidades.

Antes de falar como é possível combinar simultaneamente redistribuição e reconhecimento de modo a contornar esse dilema, Fraser nos leva a um espectro conceitual de tipos-ideais diferentes de coletividades com dois extremos – no primeiro encontram-se coletividades que demandam por redistribuição e no outro estão coletividades que demandam por reconhecimento. E no meio desses dois extremos, as chamadas coletividades ambivalentes que demandam pelas duas coisas.

Posto isso, ela pega dois tipos de coletividades que se aproximam desses tipos-ideais: a classe que exige remédios redistributivos com o intuito de homogeneizar os grupos sociais e a sexualidade que precisa de remédios de reconhecimento valorize a singularidade dos grupos

No caso das coletividades ambivalentes, ela traz como exemplo gênero e raça que precisam de remédios redistributivos e de reconhecimento uma vez que englobam as dimensões político-econômicas e culturais-valorativas. Portanto, caímos de novo no dilema redistribuição/reconhecimento, agora na versão feminista e antirracista, respectivamente: como podem as feministas lutar simultaneamente para abolir as diferenciações de gênero e valorizar as especificidades de gênero? E como podem os antirracistas lutar simultaneamente por remédios redistributivos que amenizem a diferenciação racial enquanto lutam pela valorização de suas especificidades?

Para sair desse dilema, Fraser aposta na combinação de remédios alternativos para a redistribuição e reconhecimento. No caso, são eles: remédios afirmativos e transformativos. Os remédios afirmativos são voltados para corrigir resultados indesejáveis de arranjos sociais sem mexer no alicerce que os gera. Já os remédios transformativos são voltados para corrigir resultados indesejáveis reestruturando o alicerce que os gera.

Pensando no reconhecimento, os remédios afirmativos para injustiças culturais, estão associados ao que a autora chama de multiculturalismo e propõem corrigir o desrespeito a identidades grupais por meio de sua revalorização, mas sem mexer nos conteúdos dessas identidades nas diferenciações grupais subjacentes a elas. Já os remédios transformativos corrigiriam esse desrespeito por meio da desestabilização das identidades e diferenciações grupais existentes, mexendo na estrutura cultural-valorativa subjacente.

Dessa forma, esses dois remédios têm propósitos diferentes nessa situação, enquanto os afirmativos tendem a diferenciar os grupos existentes, os redistributivos os desestabiliza a

longo prazo.

Indo para redistribuição, remédios afirmativos voltados para injustiças econômicas, historicamente associados ao Estado de bem-estar social, tentam reverter a má distribuição de recursos feita pelo Estado, sem mexer na sua estrutura político-econômica. Portanto, resultam no aumento do consumo de grupos economicamente desprivilegiados, sem abalar o sistema de produção.

Já os remédios transformativos, historicamente associados ao socialismo, tem objetivos opostos aos afirmativos, a ideia seria transformar a estrutura econômico-política por meio de uma distribuição justa. Portanto, alterariam a divisão social do trabalho.

Tanto remédios afirmativos quanto transformativos, nessa situação, pressupõem uma concepção de reconhecimento universal. Mas no caso do primeiro, há uma tendência de estigmatizar o reconhecimento, ao contrário do segundo, que rever algumas formas de não-reconhecimento. Portanto, são duas abordagens que geram visões distintas de diferenciação de grupos.

Partindo para a combinação desses remédios, Fraser aponta que uma combinação promissora pode ser feita entre remédios transformativos de redistribuição e remédios transformativos de reconhecimento. Portanto, a autora conclui que:

[...] a economia socialista combinada com a política cultural desconstrutivista contribui para escapar do dilema para as coletividades ambivalentes de gênero e “raça” - ao menos quando consideradas separadamente. O próximo passo seria mostrar que essa combinação também contribui para nossa configuração sociocultural maior. Afinal de contas, gênero e “raça” não são claramente separados um do outro. Nem são nitidamente separados de sexualidade e classe. Ao contrário, todos esses tipos de injustiça cruzam-se de modo que afetam os interesses e identidades de todos. Ninguém é integrante de só uma coletividade. E as pessoas que estão subordinadas em um dos eixos de divisão social, podem muito bem ser dominadoras em outro (FRASER, 2001, p. 280).

Feita essa apresentação e como já mencionado que as margaridas articulam essas duas dimensões de justiça para a consolidação de uma democracia mais justa, trago algumas demandas delas para exemplificar tal articulação.

A primeira já mencionada no nos capítulos anteriores, é a luta ainda atual para o reconhecimento como trabalhadoras rurais. Nesse caso, elas demandam pela efetivação dos seus direitos conquistados com políticas públicas que reconheçam e valorizem o trabalho produtivo e reprodutivo exercido por elas. Foi exigida a criação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural com unidades móveis em todos os estados do país, ao mesmo tempo em que se exigiam políticas públicas de assistência e créditos voltadas para a

realidade específica delas.

Valorizar e reconhecer o trabalho das mulheres rurais, também significa reconhecer os saberes delas dentro desse projeto de desenvolvimento sustentável, como podemos ver nos trechos abaixo:

A Marcha das Margaridas, ao dar visibilidade ao trabalho das mulheres do campo e da floresta em sua importância econômica e social, destaca a atuação das trabalhadoras na agroecologia. Tradicionalmente as mulheres desenvolvem experiências de produção nos quintais e arredores da casa, para compatibilizar com os trabalhos domésticos e de cuidados, que ficam sob sua inteira responsabilidade. Tais experiências estão voltadas predominantemente para a produção de subsistência e reproduzem saberes tradicionais que se fundamentam no respeito à biodiversidade e na produção de alimentos saudáveis (MM, 2011).

Nas experiências agroecológicas que, cada vez mais, se multiplicam por todas as partes do planeta, o trabalho das mulheres tem se mostrado fundamental e indispensável para a consolidação da Agroecologia como modelo de agricultura sustentável em toda a propriedade. Por isso, as mulheres precisam de uma assistência técnica e extensão rural (ATER) que considere as suas demandas e que seja adaptada às suas dinâmicas de trabalho. Necessitamos de técnicos capacitados para que percebam as nossas necessidades específicas e não reforcem a costumeira invisibilidade a que são relegadas as práticas das mulheres rurais, incluindo aí a produção para o autoconsumo, que na maioria das vezes nem é objeto de assistência técnica. Conseguimos garantir o atendimento obrigatório de 50% de mulheres no público das chamadas de ATER Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário e 30% de atividades exclusivas com mulheres. Isso foi uma conquista que as mulheres conseguiram por meio de muita luta e mobilização, mas precisamos garantir esse atendimento das mulheres em todos os editais de ATER pública e a sua efetivação (MM, 2015a, p. 28).

Outro exemplo importante para entender essa articulação e dialogar com outro ponto destacado pela autora, o de que as pessoas sofrem injustiças cruzadas, é a diversidade de experiências que a identidade de trabalhadora rural engloba. As margaridas lutam pelo reconhecimento como trabalhadoras rurais, pela reforma agrária, desenvolvimento sustentável levando em conta toda essa diversidade.

Trago como exemplos dessa diversidade as demandas delas pelas especificidades das mulheres idosas do campo, das florestas e das águas:

Alguns aspectos devem ser considerados ao pensar políticas para a terceira idade, entre eles: aumento do número de pessoas idosas vivendo sozinhas (mais de 6,7 milhões), sendo 40% mulheres; importante contribuição da renda das pessoas idosas para compor a renda familiar em 53% dos domicílios; mais idosos(as) vivendo nas cidades: 21 milhões em áreas urbanas, 3,8 milhões na área rural; diminuição da parcela da população idosa vivendo em pobreza extrema; a maioria da população idosa é ativa (na área rural, 84,9% continuam trabalhando mesmo depois de aposentados); elevado percentual de pessoas idosas analfabetas, sobretudo no campo. No entanto, o que mais chama a atenção é a feminização do envelhecimento. O processo social de envelhecer tem um forte componente de gênero. As mulheres idosas estão vivendo mais que os homens. Há maior proporção de viúvas do que em qualquer outra faixa etária. Diante dessa realidade, a Marcha das Margaridas cumpre um importante papel de trazer para o centro do debate as especificidades da mulher

idosa do campo, das florestas e das águas, destacando os vários tipos de conflitos vivenciados por essas mulheres, e trazendo um olhar mais apurado para as suas necessidades e sua forma de se relacionar com os outros (MM, 2015a, p. 13).

Ainda pensando nessas diversidades e especificidades, trago como exemplo a demanda delas pela reforma agrária:

É fundamental reconhecer e potencializar a luta das mulheres pelo direito a terra por meio da Reforma Agrária e da garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas e das populações quilombolas, na defesa dos territórios das comunidades tradicionais, como algo estratégico na construção da agroecologia. Como resultado da luta das Margaridas ao longo dos anos, hoje podemos comemorar que mais de 70% dos títulos de terra do Brasil possuem titulação conjunta, significando um importante instrumento para a autonomia e a igualdade entre homens e mulheres no meio rural. Ainda segue um desafio: a revisão dos títulos anteriores à obrigatoriedade de titulação conjunta. No caso de títulos coletivos, as mulheres devem constar como associadas (MM, 2015A, p.23).

Com esses exemplos chego à conclusão de que as margaridas, percebendo a conexão entre demandas por reconhecimento e por redistribuição na construção de uma democracia que as inclua, estabelecem uma dinâmica que articule simultaneamente essas demandas. Ora tensionam por remédios afirmativos ao firmar suas identidades, ora por remédios transformativos ao buscar reposicionar-se e romper com visões que estão na base das hierarquias existentes. Dessa forma, conquistam políticas públicas que incorporam suas experiências, permitindo assim a elaboração de normas e políticas mais justas.

## Considerações finais

Vimos que as mulheres rurais resistem à exploração e dominação desde os tempos da escravidão. Contudo, é no contexto, da década de 1980, de luta pela democratização do país junto à emergência de novos atores políticos, que a mobilização e organização das trabalhadoras rurais se fortalecem. Mobilizadas e organizadas em torno do direito à sindicalização e participação política nos sindicatos e do reconhecimento como trabalhadoras rurais, questionam as estruturas excludentes dos sindicatos e do Estado e a subordinação da mulher dentro da família.

Conquistaram, dentre outros direitos, o reconhecimento como trabalhadoras rurais, mas como exposto e denunciado pelas margaridas, a luta por esse reconhecimento é permanente visto que o Estado tem práticas culturais e sociais que dificultam a efetivação desse e de outros direitos.

A luta permanente pelo reconhecimento não só como trabalhadoras rurais, mas também como agentes políticas e sociais, está inserida no projeto alternativo de sociedade da MM orientado sob uma perspectiva feminista e sustentável.

Ao reivindicarem por esse reconhecimento, pela participação feminina na reforma agrária, na agricultura familiar, nos sindicatos e nas instâncias decisórias do Estado, as margaridas não tratam de uma única realidade vivida por todas as mulheres rurais, o que elas mostram é que a identidade de trabalhadora rural engloba uma diversidade de experiências e vivências. É uma identidade que leva em consideração as especificidades das mulheres indígenas, quilombolas, pescadoras, ribeirinhas, assalariadas rurais, quebradoras de coco babaçu, agricultoras, jovens, idosas.

Pensando nisso, uma contribuição importante que as margaridas dão para se pensar numa democracia mais justa e voltada para o rural com toda sua diversidade e especificidades, é a reivindicação e negociação de políticas públicas que articulem simultaneamente a justiça redistributiva e por reconhecimento.

## Referências bibliográficas

BIROLI, Flávia. “Família: novos conceitos”. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2014.

BORDALO, Caroline Araújo. “Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco”. 2011, 155 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. “Mulheres e reforma agrária no Brasil”. In: LOPES, Adriana L, BUTTO, Andrea (orgs). “Mulher na reforma agrária. A experiência recente no Brasil”. Brasília: MDA, 2010.

CARNEIRO, Maria José. “Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero”. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 2, 1994, pp. 11-22.

DEERE, Carmen Diana. “Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira”. Florianópolis: Revista Estudos Feministas [online], vol. 12, n. 1, 2004, pp. 175-204.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. “Mulheres na CUT: um novo olhar sobre o sindicalismo”. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Orgs.). “Mulher e política; gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores”. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, pp. 209-224.

FINLEY, Moses I. “Democracia antiga e moderna”. Trad. Waldéa Barcellos e Sandra Bedram. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento. Dilemas da justiça na era pós-socialista”. In: SOUZA, Jessé (org). “Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea”. Brasília: Editora UnB, 2001[1997a], pp. 244-282.

Integrante do MMC. Entrevista concedida a Fernanda Mota e Maíres Barbosa. Brasília, 5 de mai. 2016.

\_\_\_\_\_. “Uma réplica a Iris Young”. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 2, 2009 [1997b], pp. 215-221.

FREITAS, Viviane Gonçalves. De qual feminismo estamos falando? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017, 198 p. Dissertação (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Integrante do MMTR-NE. Entrevista concedida a Fernanda Mota e Maíres Barbosa. Brasília, 24 de mai. 2016

MACHADO, Lia Zanotta. “Feminismos brasileiros na relação com o Estado. Contextos e incertezas”. Cadernos Pagu [online], n. 47, 2016.

MAGALHÃES, Manuela de Sousa. “Trajetórias em Movimento: A construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais”. 2008, 202 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MARCHA DAS MARGARIDAS (MM). “Texto base”, 2000a. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Documento de avaliação”, 2000b. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Texto base”, 2003a. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Relatório Seminário Nacional de Preparação da Marcha”, 2003b. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Pauta de reivindicações”, 2003c. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Documento de avaliação”, 2004. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Caderno de textos para estudos e debates”, 2007a. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Documento de avaliação”, 2007b. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Pauta geral”, 2007c. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Pauta pontos centrais”, 2007d. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Revista”, 2007e. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Cadernos de textos para estudos e debates”, 2011. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Caderno de textos para estudos e debates”, 2015a. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Pauta de reivindicações para o Governo Federal”, 2015b. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Fichário das Margaridas”, 2015c. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Pauta de reivindicações para o Executivo”, 2015d. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Porque Marchamos”, 2015e. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

\_\_\_\_\_. “Posicionamento frente a conjuntura política”, 2015f. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso: 12 de out. 2015

MARTINS, José de Souza. “Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político”. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões”. In: GRISA, Cátia, SCHNEIDER, Sérgio. “Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil”. Ed. UFRGS, 2015, pp. 339-360.

MOTA, Fernanda Ferreira, BARBOSA, Maíres. “Quando o trabalho acontece em casa e no campo: a relação entre trabalho produtivo e reprodutivo na luta feminista das trabalhadoras

rurais”. Paper apresentado no X Encontro da ABCP, Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. “Participação, poder e Democracia: Mulheres Trabalhadoras no Sindicalismo Rural”. In: SILVA, Eduardo Moreira da, SOARES, Leonardo Barros. “Políticas Públicas e Formas Societárias de Participação”. Belo Horizonte, UFMG / FAFICH/UFMG, 2013, pp. 155-184.

SADER, Eder. “Quando novos personagens entraram em cena. Experiências de lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980”. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

SILVA, Berenice Gomes da. “A Marcha das Margaridas: resistências e permanências”. 2008. 172 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.